



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

Turismo e gestão ambiental: olhar do gestor ambiental sobre os serviços turísticos prestados no bairro da Serra, Iporanga/SP, entorno do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR¹

Ana Freitas da Silva²

Fabício de Amorim Camargo³

Isabela de Fátima Fogaça/ UNESP⁴

Leandro de Paula⁵

Resumo

Inspirado por uma visita dos alunos do curso de Administração com habilitação em Gestão Ambiental ao PETAR, este trabalho buscou analisar, diante do olhar do gestor ambiental, os serviços turísticos prestados no bairro da Serra, Iporanga/SP, entorno do PETAR, parque conhecido por suas cavernas e concentração de remanescentes de Mata Atlântica. Como metodologia optou-se por um estudo de caso, com enfoque, principalmente, na análise qualitativa. Como resultado observou-se que a imposição do turismo como única atividade econômica, sem nenhuma profissionalização prévia da comunidade, somada à falta de infraestrutura básica, possibilita que poucas preocupações ambientais sejam levadas em conta pelos prestadores de serviços turísticos, ou seja, não há condições estruturais suficientes para que tais empreendedores possam desenvolver atividades de forma mais consciente e sustentável.

Palavras-Chave: Turismo; Gestão Ambiental; Unidade de Conservação; Comunidade Local; Poder-público.

¹ Trabalho apresentado ao GT – Interfaces com o Desenvolvimento, a Cultura e o Meio Ambiente do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo.

² Bacharel em Administração com habilitação em Gestão Ambiental formada pela Faculdade EDUVALE de Avaré onde cursou a disciplina de Turismo em Áreas Naturais, ministrada pela professora M.Sc.Isabela de Fátima Fogaça em 2005, o que possibilitou a elaboração deste artigo.

³ Bacharel em Administração com habilitação em Gestão Ambiental formado pela Faculdade EDUVALE de Avaré onde cursou a disciplina de Turismo em Áreas Naturais, ministrada pela professora M.Sc.Isabela de Fátima Fogaça em 2005, o que possibilitou a elaboração deste artigo.

⁴ Mestre em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI/SC, Bacharel em Turismo pela UEPG/PR, já atuou como docente de disciplinas de turismo nos cursos de Turismo, Administração em Gestão Ambiental e Hotelaria da faculdade EDUVALE de Avaré e do curso de Turismo do IIES, atualmente é professora do curso de Turismo da UNESP, Campus Experimental de Rosana/SP.

⁵ Bacharel em Administração com habilitação em Gestão Ambiental formado pela Faculdade EDUVALE de Avaré onde cursou a disciplina de Turismo em Áreas Naturais, ministrada pela professora M.Sc.Isabela de Fátima Fogaça em 2005, o que possibilitou a elaboração deste artigo.



Introdução

A problemática Ambiental vem levando o homem a tentar unir seus interesses sócio-econômicos aos ambientais; e com a atividade turística não poderia ser diferente.

O bairro da Serra está localizado no município de Iporanga/SP, e no entorno do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR, uma Unidade de Conservação conhecida por suas cavernas e pela concentração de remanescentes de Mata Atlântica. Constitui-se na porta de entrada para o PETAR, pois nele se concentra toda a gama de serviços como pousadas, alimentação, guias locais e equipamentos necessários à recepção e ao atendimento de seus visitantes, ecoturistas que buscam paisagens naturais conservadas, portanto, seria fundamental que critérios de qualidade e conservação ambiental fossem adotados em sua gestão, o que justifica esta investigação.

Assim, como fruto de uma visita técnica ao PETAR, pelos alunos da disciplina de Turismo em Áreas Naturais do curso de Administração com habilitação em Gestão Ambiental, este trabalho buscou analisar, diante do olhar do gestor ambiental, os serviços turísticos prestados no bairro da Serra, Iporanga/SP, entorno do PETAR. Também buscou junto à comunidade local, prestadores de serviços turísticos ou não, investigar sua percepção quanto aos problemas ambientais existentes no bairro e as atitudes tomadas em seu cotidiano para amenizá-los.

Como metodologia optou-se por um estudo de caso, com enfoque, principalmente, na análise qualitativa. Como técnica de pesquisa foram utilizados o levantamento de conhecimento pertinente ao estudo; no intuito de possibilitar a interpretação e o significação dos dados; o levantamento de dados secundários e o levantamento de dados primários, por meio de entrevistas abertas realizadas com prestadores de serviços turístico do bairro e moradores locais, além da observação participante em que o pesquisador se comporta como observador .

A amostragem foi não-probabilística devido ao tempo reduzido para realização da coleta de dados, um fim de semana do mês de agosto de 2005 e outro em abril de 2006, portanto, pela amostragem por tipicidade e intencional, em que se confia no bom senso do pesquisador, buscou se responder o objetivo deste trabalho.

Abordagem Conceitual



A revolução industrial somada à organização urbana, representada pela construção de grandes cidades, pós-revolução industrial, desencadeou várias atividades que levaram o homem a utilizar os recursos que a natureza o oferece de forma degradante (LEITE, MEDINA, 2001).

Nas cidades, segundo Jacobi (2000, p.14), “a dinâmica urbana excludente e segregadora determina uma paisagem cada vez mais marcada pela prevalência de estratégias de sobrevivência que destroem a cobertura vegetal e privilegiam práticas de deterioração do meio ambiente urbano”.

Entretanto, ao mesmo tempo, os fatores decorrentes dos acontecimentos históricos, acima citados, entre eles: a poluição do ar, das águas, a grande produção de lixo, o desequilíbrio entre populações urbanas e rurais com o êxodo rural, a ocupação urbana desordenada em áreas impróprias, o inchaço urbano e a formação de favelas, o desemprego estrutural, o agravamento das desigualdades sociais, a proliferação no mundo da fome, da desnutrição, do analfabetismo, das guerras, da violência, entre outros dissabores como os problemas do aquecimento global, derretimento de geleiras e a desertificação de áreas de antigas florestas, também levaram o homem a se questionar sobre os então chamados “progresso e desenvolvimento” que buscava, e a pensar nas conseqüências que seus atos operam sobre a sustentabilidade dos recursos que necessita para sua sobrevivência, ou seja, sobre a conservação e uso sustentável do meio ambiente (LEITE, MEDINA, 2001).

Essa nova perspectiva ambiental abandona a histórica conceituação positivista de meio ambiente, em que o homem e o meio ambiente, entendido como sinônimo de natureza, viviam de forma separada, e passa a se apropriar de uma nova conceituação em que meio ambiente, em oposição à visão positivista, passa a ser o resultado da interação de processos de origem natural e de ações antrópicas, portanto em que o trinômio homem-sociedade-natureza se relacionam de forma integrada (JOLLIVET & PAVÊ, 1996 apud LEITE, MEDINA, 2001). Portanto, a relação entre meio ambiente e qualidade de vida do homem passa a ser pensada de forma bastante integrada.

Assim, a partir do final da primeira metade do século XX, em que os recursos apresentavam os primeiros sinais de esgotamento, e, principalmente, na segunda metade do mesmo século houve um aumento da consciência ambiental motivado por diversas obras e eventos que discutiam a problemática ambiental como a obra ‘Primavera Silenciosa’, que criticou o uso de inseticidas no cultivo agrícola e os resíduos que isso deixava no meio ambiente, e a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizado



em Estocolmo em 1972, considerado um marco para as discussões ambientais (LEITE, MEDINA, 2001).

No Brasil, as preocupações com as questões ambientais se iniciaram também a partir da década de 70 com a criação de diversos órgãos que regulavam questões ambientais como a Companhia de Saneamento Ambiental (CETESB), a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) que instituiu a obrigatoriedade do Estudo sobre Impacto Ambiental (EIA) para a instalação de empreendimentos (ANDRADE, TACHIZAWA, CARVALHO, 2002).

Nas empresas, segundo Andrade, Tachizawa e Carvalho (2002), a partir da década de 90, a proteção ambiental deixou de ser uma função exclusiva de proteção e passou a ser uma função administrativa, ou seja, as empresas também passaram a uma gestão ecológica motivada pela ética e pela preocupação com as futuras gerações. E as preocupações, segundo os mesmo autores, não deveriam se restringir ao ambiente interno às organizações, mas também deveriam contar com estratégias de envolvimento da comunidade nos projetos de conservação e gestão ambiental das empresas, sendo uma das ferramentas fundamentais a educação ambiental.

Portanto, a gestão ambiental, “processo contínuo e adaptativo, por meio do qual uma organização define (e redefine) seus objetivos e metas relativas à proteção do ambiente e à saúde e segurança de seus empregados, clientes e comunidade [...]” (ANDRADE, TACHIZAWA, CARVALHO, 2002, p.113) “torna-se um importante instrumento gerencial para capacitação e criação de condições de competitividade para as organizações, qualquer que seja seu segmento econômico” (ANDRADE, TACHIZAWA, CARVALHO, 2002, p.214), ou seja, passou-se de um comportamento reativo, em que se tomavam atitudes de gestão ambiental para cumprimento da lei e curativa aos danos causados, para atitudes pró-ativas, de busca de qualidade e de sustentabilidade competitiva.

Para sustentar esta nova tendência surgiram então os modelos de gestão ambiental como as certificações e normas de qualidade; entre elas, cabe destacar, a série ISO14000 que trata dos sistemas de gestão ambiental e a série ISO 9000 que trata dos sistemas da qualidade (ANDRADE, TACHIZAWA, CARVALHO, 2001).

Com o turismo, a situação não poderia ser diversa, principalmente em modalidades como o Ecoturismo, que na Política de Educação Ambiental é previsto como um instrumento de educação ambiental não-formal. Segundo Ferreira (1999, apud GONÇALVES, 2004), no



setor de turismo e hotelaria a ética ambiental é uma obrigação e responsabilidade, uma vez que dependem da ‘saúde’ do meio ambiente para o sucesso de suas atividades.

Apesar do setor hoteleiro não ser considerado um grande agressor do meio ambiente, uma vez que não consome grandes quantidades de recursos não-renováveis (KIRK, 196 apud GONÇALVES, 2004), Abreu (2001 apud GONÇALVES, 2004, p.74) aponta que:

[...] os hotéis, como toda empresa, utilizam os recursos naturais e, ao se utilizarem deles, contribuem para a redução do mesmo. Sem falar dos impactos ambientais decorrentes do lixo que é gerado, dos equipamentos, dos produtos orgânicos e químicos de uso diário, dos efluentes que são lançados nos rios, e tantos outros.

Dentro desta perspectiva o novo sistema de classificação hoteleira elaborado em parceria do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) institui critérios relativos à responsabilidade ambiental para a certificação da qualidade e excelência dos serviços prestados pelos hotéis que desejam ter sua classificação, estes critérios são relacionados aos seus gastos com água e energia, à produção e ao destino de resíduos sólidos e líquidos, ao comportamento ambiental de seus fornecedores e a procedência de seus produtos, além de outras responsabilidades sociais como seu comportamento para com seus funcionários e com portadores de necessidades especiais (GONÇALVES, 2004).

Também, cabe citar outros sistemas de Gestão Ambiental, além da ISO14000, já aplicados à hotelaria brasileira como o sistema da ABIH ‘Hóspedes da Natureza’ e o sistema ‘Produção mais limpa’, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Alguns hotéis ou redes hoteleiras também desenvolvem sistemas autônomos de gestão ambiental.

Quando relacionados às atividades turísticas realizadas em Unidade de Conservação ou outros tipos de áreas protegidas e a empreendimentos turísticos localizados em seu entorno, a questão pode se agravar ainda mais. Segundo Boo (2001, p.34) “as áreas protegidas do mundo todo têm recebido um fluxo cada vez maior de visitantes [...] e muitas destas áreas não estão preparadas para o turismo. Elas estão a cargo de pessoas sem treinamento em gestão de turismo”.

Portanto, para estas áreas, segundo a autora, os desafios são diversos e ainda maiores do que em outras áreas, além de não contarem com verbas para pessoal especializado existem

atividades de subsistência que acontecem dentro de seus limites, o que colabora ainda mais com as dificuldades de conservação.

Logo, Boo (2001) acredita que estas ameaças somente serão minimizadas por meio de planejamento, e destaca que um dos fatores que, positivamente, conta para isso é que o ecoturista está ansioso para colaborar com esta conservação. Ou seja, deve ser incentivado nestas áreas atividades responsáveis de sobrevivência e de geração de divisas para as áreas protegidas, propriamente ditas, e para suas comunidades de entorno como cobrança de ingressos, cooperativas de monitoramento e de outros serviços relacionados à atividade turística. Mas, para que isso ocorra de forma sustentável, esta comunidade, tanto interna como de entorno às áreas protegidas devem ser capacitadas para o turismo.

Além disso, Andersen (2001, p.200) destaca que :

O crescimento desse nicho de mercado tem sido limitado pela carência geral de infraestrutura de suporte para o turismo. Para dar continuidade ao crescimento do ecoturismo [...], é importante que os governos e a iniciativa privada reúnam recursos técnicos, culturais e financeiros a fim de colocar em prática um programa que priorize o meio ambiente. Os governos e as comunidades locais precisam ter sensibilidade, clareza e vontade política para encarar o ecoturismo como uma oportunidade de crescimento limitado, a fim de impedir um desenvolvimento descontrolado que destrua o meio ambiente. O desafio que aqui se propõe é o de construir instalações, tendo sempre a compreensão de que o turismo não deve ser a única indústria da qual uma comunidade depende para seu sustento econômico.

O autor também destaca que as instalações para o ecoturismo devem utilizar materiais e técnicas de construção que resultem em baixo impacto ambiental como trabalhar com recursos locais, aproveitar as características do relevo, evitar o uso de materiais que consumam grande quantidade de energia, água e outros recursos não renováveis, primar pelo tamanho reduzido e a não extração de florestas para a construção, envolver os moradores locais fomentando a aceitação do projeto por parte destes, enfim respeitando o espaço e sua comunidade sempre em harmonia com o ambiente natural.

Entretanto, para que empresas, localidades e suas comunidades possam gerir suas atividade de forma responsável, no que diz respeito ao ambiente, seja para o cumprimento da lei, reação reativa, seja com ações (projetos) realmente efetivos para uma mudança de postura da sociedade, reação pró-ativa, é necessários que condições básicas estruturais sejam apresentadas. Jacobi (2000) afirma, diante de estudos feitos na cidade de São Paulo, que as condições ambientais têm gerado constantes deseconomias de escala vinculados à falta de condições adequadas para o tratamento de resíduos sólidos e líquidos, o controle da poluição do ar, do uso do solo, o que resulta dos precários investimentos, da péssima administração,



monitoramento e da falta de sanções que regulamentem as atividades no meio ambiente urbano. O que se pode, também, para análise da área objeto de estudo desta investigação, estender ao ambiente natural rural.

Ou seja, para que a gestão ambiental, em qualquer estrato (empresarial, comunitário, administrativo, municipal) possa ser efetivada, o mesmo precisa encontrar condições para isso, o que não vêm sendo a realidade de grande parte das cidades e áreas turísticas.

Outro problema levantado pelo autor é a educação pública insuficiente que deixa com que a sociedade conte com um conhecimento escasso sobre a problemática ambiental, somente deixando-a baseada nos estereótipos fixados pelos meios de comunicação sobre tal discussão.

Seja em uma organização, seja em uma localidade, área turística ou não, a gestão ambiental para ser efetivada deve passar a fazer parte da cultura do grupo (ANDRADE, TACHIZAWA, CARVALHO, 2002) e isso só é possível por meio da informação, o grupo precisa conhecer o problema para mudar seus valores e suas atitudes cotidianas perante o meio ambiente.

A possibilidade de ter maior acesso à informação, especialmente dos grupos sociais mais excluídos, pode promover as mudanças comportamentais necessárias para possibilitar uma atuação mais orientada para o interesse geral. Cidadãos bem informados, ao se assumirem enquanto atores relevantes, têm mais condições de pressionar autoridades e poluidores, assim como de se motivar para ações de co-responsabilidade e participação comunitária (JACOBI, 2000, p.169).

Portanto, ainda segundo Jacobi (2000, p.170) diversos elementos devem ser considerados dentro do processo de gestão ambiental dentre ele o “governo, atores privados (individuais e coletivos), empresários, organizações não-governamentais, doadores internacionais e todas as articulações possíveis para concretizar uma ação efetiva para se contrapor ao contínuo processo de degradação ambiental”.

O Contexto do bairro da Serra

Localizado no município de Iporanga/SP, na região do Vale do Ribeira e no entorno do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR, o bairro da Serra tem suas origens ligadas á agricultura de subsistência, à extração de palmito e madeira da floresta e à exploração de minérios (LINO, 1978).

Apesar de desde 1958, dentro de uma política do governo de Jânio Quadros de criação da Unidade de Conservação (UC) para a preservação e conservação de áreas de significativa beleza natural (SILVEIRA, 2001), ter parte de sua extensão transformada em uma Unidade de Conservação, o PETAR, sua população até a metade da década de 80 sequer imaginava as



restrições que passaria por esta condição (como proibições de cultivos agrícolas, embargo de obras, entre outros). Condição que só iria se alterar em 2005 com a desafetação do bairro, ou seja, quando o bairro deixou de ser parte do parque.

Portanto, somente na metade da década de 80, na real implantação (demarcação do parque) do PETAR sua comunidade foi cientificada de que viviam em uma área em que a floresta deveria ser preservada e não mais explorada como por toda a vida fizeram para seu sustento, e que, a partir de então, não poderiam mais viver da exploração destes recursos, sendo obrigados a buscarem outras maneiras de sobrevivência.

Neste período, ações no sentido do cumprimento das restrições impostas pela criação do parque começaram a ser implementadas. Fábricas de palmito foram fechadas, houve diversos conflitos entre mineradoras, órgãos governamentais e comunidade, em especial os moradores do bairro da Serra. Comunidades que durante toda sua existência viveram da agricultura, extração de palmito e recursos minerais se viram obrigadas, de acordo com as leis ambientais, a deixarem suas atividades econômicas e buscarem outras alternativas de sobrevivência (SILVEIRA, apud FOGAÇA, 2006, p.53).

Portanto, com a transformação do local em parque os moradores locais tiveram que travar uma ‘guerra cultural’ em que precisavam conseguir se adaptar à nova realidade, reaprender a viver de acordo com o novo ambiente, pois a fonte de renda baseada na floresta e nos recursos minerais que dispunham, agora passava a ser ilegal; suas terras, sempre trabalhadas de forma coletivas, passariam, após um processo de usucapião coletivo orientado pelos técnicos que demarcavam o parque, a ser tituladas, entretanto, não podiam utilizá-las como quisessem, pois o ‘meio ambiente’⁶ os proibia de tudo (SILVEIRA, 2001, LINO *at al*, 2002).

Assim, como uma forma de amenizar essa problemática social o turismo foi apresentado a essa comunidade como a única alternativa a seguir para sua sobrevivência. Entretanto, apesar de já haver alguns espeliólogos que visitavam as cavernas do bairro, muitos dos moradores que ali viviam tampouco haviam ouvido falar em turismo, portanto esta era uma atividade que os apresentava insegurança, o que levou parte da comunidade do bairro a abandonar suas terras para tentar a vida em outros locais, outros as vendiam para com o dinheiro buscar alternativas de sustento fora do bairro ou mesmo comprar objetos que a falta de recursos nunca os possibilitava como televisores e automóveis, mesmo que fossem pertences que não soubessem ou tivessem condições de utilizar, o que ocasiona o quadro atual que grande parte das terras do bairro pertencem a pessoas não-nativas a ele que visualizaram no turismo a valorização daquelas terras (SILVEIRA, 2001, FOGAÇA, 2006)



Também, todos estes conflitos ocasionaram uma paisagem totalmente desordenada com construções em áreas impróprias, uma vez que não obtendo sucesso fora do bairro retornavam e já não mais contando com suas terras, o que os levava a se instalar nas áreas que ainda sobravam, áreas impróprias, construía edificações mal acabadas, pois os recursos se esgotavam e não conseguiam mais para concluir a obra, ou ainda construía sem nenhum padrão construtivo, além dos equipamentos turísticos improvisados nos anexos à construção da casa o que comprometeu tanto a paisagem do bairro quanto a qualidade das instalações turísticas que ali existem (FOGAÇA, 2006). Portanto, o turismo se desenvolveu sem nenhum planejamento (FOGAÇA, 2006).

Hoje, percebe-se que essa mudança poderia ter sido positiva, mas para isso tanto sua comunidade deveria ter sido preparada, qualificada tecnicamente para uma nova fonte de renda que estava nascendo na região, o 'Ecoturismo'. Quanto sua estrutura física deveria ter sido planejada, evitando o desenvolvimento desordenado de sua paisagem e estrutura urbana que ocorreu em decorrência do desenvolvimento do advento do turismo (FOGAÇA, 2006).

Olhar do gestor ambiental sobre os serviços turísticos prestados no bairro da Serra

Para realizar uma análise das ações de gestão ambiental praticadas pelos prestadores de serviços turísticos no bairro da Serra, pelo quadro acima apresentado, sequer pode-se imaginar utilizar como critério sistemas de gestão ambiental baseados em normas de certificação ambiental como a série ISO 14000, entre outras, pois, diante da rusticidade dos serviços prestados e das instalações dos equipamentos turísticos lá existentes tornar-se-ia impossível a realização deste trabalho. Portanto, julgou-se mais viável levar esta análise a investigar as percepções dos problemas ambientais encontrados no bairro e as ações pontuais verificadas, mesmo que bastante simples, com o objetivo da não-agressão ao meio ambiente e da conservação dos recursos por eles utilizados.

Com o surgimento da atividade turística no bairro surgem novas perspectivas de vida, mateiros, que extraíam recursos da floresta e jovens, filhos dos antigos agricultores e mineradores, passam a atuarem como monitores ambientais (guias de turismo). Por meio de cursos, promovidos pelo parque e por Organizações Não-Governamentais do bairro, se profissionalizaram como guias, o que se configurou como uma primeira aproximação da

⁶ Forma como se referiam que fiscalizava o cumprimento das restrições ao uso do solo no período de conflitos.

comunidade local com o parque, mesmo que tardia, pois foram, aproximadamente, 10 anos de conflito para esta primeira aproximação (LINO, 2002).

Alguns nativos, com o apoio de agentes externos ao bairro (pesquisadores, espeliólogos e turistas), abriram suas pousadas e agentes externos, principalmente espeliólogos e pesquisadores, que conheciam há vários anos a área, também abriram seu negócio no bairro visualizando no turismo uma oportunidade e dando emprego a pessoas do bairro.

Portanto, esta nova configuração econômica gerou divisas aos moradores locais, além dos recursos conseguidos com a venda de terrenos como supracitado no item 'contexto do bairro da Serra', o que possibilitou que outros também abrissem suas pousadas ou diversificados tipos de negócios que servissem de apoio para o turismo que ali se desenvolvia.

Entretanto, toda esta transformação não só econômica, como social e estrutural do bairro, não se deu de forma orientada. Além da capacitação para monitores locais, a comunidade que recebia os visitantes em suas casas não recebeu nenhuma orientação quanto às formas de construção mais adequadas à realidade que viviam, a melhor forma de receber o ecoturista, que possui um perfil diferenciado, práticas de higiene e de comportamento necessárias, nem mesmo foi sensibilizada quanto a importância da conservação de sua identidade cultural, entre outros. Ou seja, a comunidade local foi inserida em um contexto econômico sem nenhuma preparação, e agindo de forma, até, instintiva sofreu tais transformações que resultou em degradação não só estética à sua paisagem, mas à sua condição enquanto ser social, portanto sem qualidade ambiental.

O mesmo se deu com a infra-estrutura básica. O crescimento do turismo não foi acompanhado pelo crescimento da infra-estrutura básica de saneamento básico e ambiental, como o abastecimento de água e o sistema de resíduos sólido e líquido. Segundo Silveira (2001, p.193)

O crescimento na demanda turística no bairro da Serra forçou o processo de urbanização do bairro da Serra pela necessidade de se prover infra-estrutura básica para o turista, reproduzindo, de forma imperfeita, o conforto dos centros urbanos (pousadas com água encanada e chuveiro quente, telefone, pontos comerciais, etc) e, além disso, a chegada de diversas pessoas nos feriados e alguns finais de semana aumenta abruptamente a produção de lixo e esgoto, e o gasto de água e energia elétrica.

Quanto a água, somente os moradores da margem direita do rio Betari, rio que corta o bairro recebe água tratada (aproximadamente 150 casas), as outras residências que se localizam na margem esquerda do rio não contam com este serviço devido a inexistência de pontes que



possibilitassem que as instalações de encanamentos para o abastecimento desta parcela da população, (aproximadamente 80 residências), que, aproximadamente, 60% não efetua nenhum procedimento de tratamento para consumo de água, estando sujeita a doenças causadas pelas águas contaminadas (SABESP, 2006, GIATTI, 2004 apud FOGAÇA, 2006).

Quanto ao sistema de coleta e tratamento de esgoto o quadro é ainda pior, não existe instalação alguma de coleta e tratamento de esgoto no bairro, segundo Fogaça (2006, p.93) “[...] grande parte dos moradores possuem fossas negras e algumas pousadas e pouquíssimas residências possuem fossas sépticas; no entanto, na maioria, estas fossas são feitas sem nenhum estudo técnico do melhor local para se instalar e quando cheias são abandonadas e outra fossa é aberta [...]”.

Ainda, segundo a mesma autora, o esgoto doméstico é 100% despejado sem tratamento nas águas (córregos e rios) do bairro. Destaca que a própria estrutura geológica do bairro é sensível a essa situação, pois seu lençol freático é bastante superficial e o número de córregos é significativo tornando ainda mais grave o problema.

Quanto ao lixo, esta questão está mais bem organizada, a maioria da população na margem direita do rio Betari e, mesmo, da margem esquerda, que não conta com o serviço de coleta, mas transporta seu lixo até o local servido, tem seus resíduos coletados e levado para um aterro na área urbana. Grande parte da população restante queima seus resíduos e uma pequena parcela enterra sem nenhum tratamento prévio. Entretanto, pode se ver lixo pelas ruas do bairro, o que provavelmente é decorrência da não existência de lixeira dispostas nestas ou equipamentos inadequados que são facilmente abertos pela grande população de cachorros que é vista circulando pelo bairro.

Assim, diante de toda esta problemática torna-se praticamente impossível que os equipamentos de serviços turísticos existentes no bairro e os próprios moradores tomem atitudes de gestão ambiental. Entretanto, diante dos dados levantados por meio de entrevistas percebe-se que pequenas ações são desenvolvidas e que, apesar de não contarem com programas de sensibilização e informação por parte dos órgãos responsáveis pelo resguardo do meio ambiente ou pelo desenvolvimento e gestão do turismo do município ou do Estado, ou, ainda, dos administradores do parque, interessados diretos nestas ações de resguardo da meio ambiente, a comunidade local está ciente dos problemas ambientais que a falta de estrutura básica tanto para sua sobrevivência, quanto para o desenvolvimento de uma atividade econômica, o turismo, está ocasionado ao ambiente em que eles vivem.



Estão cientes também que a falta de capacitação profissional para a atividade turística faz com que cometam diversas atitudes incorretas quanto ao meio ambiente e que isso interfere no sucesso da atividade turística no bairro. Isso tem feito com que proprietários de pousadas mandem seus filhos estudarem em cidades vizinhas ao bairro tanto em cursos relacionados ao turismo quanto relacionados ao meio ambiente.

Percebeu-se também, que apesar da dificuldade de se organizar em grupos e cooperativas, destacada por Fogaça (2006), em questões relacionadas ao meio ambiente, como por exemplo, relativas ao problema de esgoto que é evidente no bairro, estes se reúnem e reivindicam atitudes do poder público local.

Assim, perceberam-se tanto em equipamentos turísticos quanto em casas de moradores ações pontuais como peneirar o esgoto doméstico e, mesmo que improvisadas estratégias (equipamentos) para separar óleos do restante do efluente que é lançado diretamente nos córregos. Também, foi citado por muitas donas de casa a fabricação de sabão com o óleo que sobra de frituras para que esse seja reaproveitado. Há, ainda a produção de artesanato que utiliza uma parte de matérias recicláveis que viraria lixo. Além das ações já citadas quanto à incineração ou enterro do lixo e a construção de fossas, mesmo que rudimentar, para evitar o lançamento do esgoto diretamente nos rios e córregos.

Quanto às instalações físicas das pousadas, percebeu-se que a todas contam com fossas, a maioria conta com fossas sépticas e mantêm o ambiente sempre limpo, isento de lixos espalhados, entretanto preocupações ambientalistas na sua construção somente puderam ser verificada em duas pousadas das 15 existentes no bairro.

Somente quatro delas relatam ter contratado um profissional para sua construção (FOGAÇA, 2006), em duas delas percebe-se que não houve tanta preocupação coma a harmonia com o ambiente em que está instalado, nas outras duas existe harmonia e os matérias utilizados não agridem o meio ambiente. Ambas utilizaram as características do relevo, evitando corte de terra e de vegetação para suas instalações e foram construídas prezando por estruturas que colaborassem na economia de recursos como água e luz; uma delas foi construída com material de demolição e incentiva o artesanato local.

Percebeu-se que todos os equipamentos turísticos (pousadas, bares, lanchonetes, e *campings*), por mais que não pertençam a pessoas locais, são administrados por nativos e empregam somente pessoas da comunidade local, o que se constitui em ponto positivo à gestão ambiental, entretanto nenhuma conta com instalação para portadores de necessidade especiais.



Nas diversas trilhas que dão acesso às cavernas do parque existem locais de fácil e difícil acesso. Embora as atividades sejam planejadas, ainda falta orientação sobre os perigos por parte dos guias; isso se dá devido a rotina de acesso à mata e às cavernas serem corriqueiras para eles, no entanto, para turistas, mesmo em trilhas preparadas para visitação, oferecem riscos e em que a orientação do guia é fundamental. Nas trilhas abertas na mata, pôde-se perceber vários trechos de riscos de acidentes devido à má estruturação e a falta de equipamentos de segurança e resgate em caso de acidentes. Logo, tornam-se necessárias ações que priorizem a segurança de monitores e turistas.

Portanto, observou-se que a imposição do turismo como única atividade econômica, sem nenhuma profissionalização prévia da comunidade, somada à falta de infra-estrutura básica, possibilita que poucas preocupações ambientais sejam levadas em conta pelos prestadores de serviços turísticos, ou seja, não há condições estruturais para que tais empreendedores possam desenvolver atividades de forma mais consciente e sustentável.

Entretanto, apesar da falta de informação e conhecimento (capacitação) sobre os problemas ambientais, percebeu-se que mesmo que com 'singelamente' ações a população busca minimizar tais problemas com seus conhecimentos tradicionais e improvisos, o que traz admiração por parte dos visitantes e o retorno deste que sustenta tal comunidade pelo turismo. Bem como a indignação pela ausência de preocupações e ações do poder público.

Este trabalho, não teve a pretensão de esgotar o assunto discutido, mas sim de ser o início de investigações mais apuradas.

Referencias

ANDRADE, CARVALHO, TACHIZAWA. **Gestão Ambiental: Enfoque estartégico aplicado ao desenvolvimento sustentável.** 2ªed. São Paulo: Makron books, 2002.

ANDERSEN, D. L. Uma janela para o mundo natural: o projeto de instalações ecoturísticas. In LINDBERG, K. HAWKINS, D. **Ecoturismo – um guia para o planejamento e gestão.**São Paulo: SENAC, 2001.

BOO, O planejamento ecoturístico pra áreas protegidas. In LINDBERG, K. HAWKINS, D. **Ecoturismo – um guia para o planejamento e gestão.** São Paulo: SENAC, 2001.

FOGAÇA, I. F. **Estudo das transformações da estrutura física do bairro da Serra no município de Iporanga/SP em decorrência da atividade turística.**, (Dissertação de mestrado) UNIVALI. Programa de Mestrado em Turismo e Hotelaria. Balneário Camboriú, agosto, 2006.

GONÇALVES,L.C. **Gestão ambiental em meios de hospedagem.** São Paulo: Aleph, 2004 (série turismo)



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

JACOBI, P. **Cidade e Meio ambiente**. Percepções e prática em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2000.

LEITE & MEDINA (coord.) **Educação Ambiental**: curso básico a distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas, e alternativas. V.5. 2ªed. Brasília: MMA, 2001

LINO, C. (coord) *et al.* **Diagnostico do impacto socioeconômico do turismo no município de Iporanga- São Paulo**. MPE- FUNBIO, 2002.

LINO, C. F. **Alto Vale do Ribeira arquitetura e paisagem** v.1. São Paulo: CONDEPHAAT, 1978.

SILVEIRA, P. C. **Povo da Terra, terra do parque: A presença Humana e conservação da Floresta no PETAR/SP**, (Dissertação de mestrado) UNICAMP- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. Campinas, agosto, 2001.